

# UM OUTRO OLHAR: Sobre a análise gramsciana das organizações internacionais

**Sebastião C. Velasco e Cruz**

Houve época em que o estudo das relações internacionais era atividade privativa de uma comunidade muito especial, que se organizava, como as aldeias antigas, em “metades” definidas segundo princípios simples de oposição. “Idealistas” *versus* “realistas”, “liberais” *versus* “neo-realistas” — termos denotativos de uma dualidade básica que se manifesta ao longo do tempo sob diferentes figuras mas se repõe reiteradamente, índice que é de uma tensão cujo fundamento reside em outro lugar. Este o antagonismo em torno do qual se constituíram as Relações Internacionais como campo diferenciado de atividade acadêmica, que se consolida no entreguerras e desde então vem se reproduzindo nas ilhargas dos departamentos de Ciência Política e em múltiplos *think-tanks*, em conexão estreita com os órgãos encarregados da formulação e implementação da política internacional do Estado norte-americano.

Não é bem assim. Fora dos Estados Unidos, indivíduos e grupos também trabalharam sistematicamente na área e se afirmaram pela importância da contribuição que legaram. Bastaria citar, na França, o nome de Raymond Aron e, do outro lado do canal da Mancha, os de Martin Wight e Hedley Bull, luminares da “escola inglesa”, à qual, aliás,

devemos associar também E.H. Carr, grande precursor do realismo moderno.

É verdade. Não obstante a qualidade de sua produção e o reconhecimento que tenham podido alcançar, com exceção de Carr esses autores mantiveram-se sempre em posição mais ou menos marginal, completamente ofuscados que foram pela supremacia americana na área, que chegou a ser grande o bastante para permitir a um observador-participante de trajetória eminentemente cosmopolita referir-se às Relações Internacionais como uma disciplina nacional (cf. Hoffman, 1977).

Contudo, mesmo no espaço acadêmico americano o quadro é muito mais complexo do que o esquematismo da caracterização acima parece indicar. Para início de conversa, as rotulações acima referidas não são neutras. Elas surgem como meios e resultados do jogo de rivalidades que se trava no interior da comunidade. Nesse sentido, o que ocultam é muitas vezes mais importante do que aquilo que revelam. Parece ser este o caso da noção de “idealismo”. Cunhada nos anos 30 para caracterizar um conjunto de autores — publicistas, a maioria deles — que respondia aos horrores da Primeira Guerra Mundial denunciando a velha “política de poder” e urgindo a mobilização dos

recursos da razão esclarecida na busca de soluções institucionais capazes de garantir um futuro de paz sustentável, a expressão teve, desde o primeiro instante, uma função primordialmente polêmica. Com efeito, no ambiente de consternação e ceticismo que se seguiu à crise de 1930, ela permitia marcar como ingênuos incorrigíveis os autores intelectuais das experiências organizacionais fracassadas — dentre elas, a Liga das Nações — e apontar razões plausíveis para os desastres que eles teriam preparado. Como se sabe, essa operação foi realizada com extraordinário sucesso. Por mais de 50 anos o termo “idealismo” funcionou no campo das Relações Internacionais como sinal de um interdito, apagando inteiramente da memória institucional os personagens reais que ele aludia — estes homens precisos, suas idéias, as razões aludidas para sustentá-las. Apenas recentemente o esquecimento a que esta geração de “reformadores internacionais” foi relegada começa a ser quebrado. E quando olhados de perto eles revelam, em muitos aspectos, uma desconcertante atualidade (cf. Oslander, 1998; Schmidt, 1998).

De outra parte, entre as diversas “figuras” assumidas por cada um dos lados daquela dualidade — “idealismo”/“liberalismo” *versus* “realismo clássico”/“neo-realismo”, ou “realismo estrutural” — as diferenças não são puramente formais. A oposição constitutiva repõe-se continuamente, mas nesse processo cada elemento do par transforma-se internamente. A passagem de um momento para o outro — do realismo clássico ao neo-realismo, por exemplo — é marcada por mudanças significativas que afetam o estilo intelectual, a linguagem teórica, as ferramentas analíticas privilegiadas e a própria definição do interesse cognitivo. Enquanto o velho realismo fundava-se em uma antropologia pessimista, fazia apelo sistemático à história e almejava indicar caminhos para a resolução de problemas prático-políticos, o neo-realismo dispensa considerações definidas sobre a natureza humana, mimetiza a economia neoclássica e, em nome da dignidade acadêmica, aceita o sacrifício da irrelevância política (cf. Donnelly, 1995).

Com essas ressalvas em mente, creio seja possível reter a caracterização proposta no início deste artigo. Até algum tempo atrás, no conjunto

das ciências sociais, a área das Relações Internacionais constituía um campo relativamente fechado, pouco permeável, no qual se encontravam em permanente confronto representantes distintos de duas grandes tradições.

Nas duas últimas décadas, porém, esse quadro vem sendo profundamente alterado. A tensão original continua existindo, mas os termos do debate na área não são mais ditados por ela. As barreiras que cercavam o campo dos estudos internacionais foram aos poucos caindo, e ele passou a abrir-se para uma pluralidade de novas perspectivas, as quais, mantendo uma interlocução densa com o trabalho desenvolvido em outros domínios das ciências sociais, redefinem a agenda da disciplina, introduzindo outros critérios de relevância e novos blocos temáticos.

Vários fatores contribuíram para tal deslocamento. Não caberia examiná-los aqui, mas convém dizer uma palavra sobre dois deles, que no meu entender devem ter desempenhado papel de destaque.

O primeiro diz respeito às mudanças que se vêm processando desde o final dos anos 60 no universo da Ciência Política norte-americana, com o declínio da hegemonia *behavioralista*, à qual estão associados nomes tão eminentes como os de David Easton e Robert Dahl. Sem que jamais tenha sido exercida completamente (nos departamentos de Ciência Política das melhores universidades americanas prevalecia uma espécie de armistício entre os estudiosos da “teoria política” — no sentido tradicional do termo, como cultivo da tradição multissecular do pensamento político ocidental — e os praticantes da investigação empírica, estes, sim, atraídos pelo projeto “revolucionário” de transformar a Política em uma “ciência fática”, nos moldes oferecidos pela reconstrução neopositivista das ciências naturais), na atmosfera política e ideologicamente saturada da época a ascendência *behavioralista* passou a ser cada vez mais contestada. No ideal de ciência que propunha — valorativamente neutra; autônoma em relação aos imperativos da razão prática — e no modelo de explicação que consagrava — nomológico-dedutivo, fechado às exigências interpretativas inerentes à análise do social.<sup>1</sup>

O tema da Ciência Política nos Estados Unidos — suas origens, sua trajetória, sua vocação — vem despertando crescente interesse.<sup>2</sup> Não poderia me estender na matéria. Para os propósitos deste artigo basta dizer que no decurso do processo de mudança a que me referi a unidade da disciplina ficou comprometida, a tal ponto que um observador privilegiado — ele mesmo figura emblemática nessa história — pôde recorrer à imagem de um conjunto de seitas sentadas em mesas separadas para caracterizá-la (cf. Almond, 1990). Como subárea da Ciência Política, o campo das Relações Internacionais não poderia deixar de ser afetado por tal resultado.

O segundo fator vem de fora do espaço acadêmico: refiro-me ao violento impacto teórico causado pelo fim da Guerra Fria e a derrocada do bloco soviético. A perplexidade provocada por esses fatos está bem expressa no comentário de Robert Tucker (1990, p. 95), importante autor realista e elo de ligação entre duas gerações dessa escola.

O final súbito do conflito [...] produziu uma situação para a qual é difícil encontrar um precedente verdadeiro. Em que pesem os argumentos em contrário, não parece haver nenhum paralelo instrutivo na história moderna de conflito hegemônico que tenha terminado simplesmente pela ausência de um dos lados em tempos de paz. Contudo, foi isto que aconteceu nesse caso [...] a União Soviética retirou-se do conflito que chegara a ser visto como interminável. Ao fazê-lo, ela tornou quase irreconhecível o panorama da política mundial, transformando os crentes nas verdades políticas do mundo do pós-guerra em céticos que, mesmo pouco dispostos a reconhecê-lo, percebem que perderam seus portos seguros.

Donnelly (1995, p. 104) tem razão quando observa que o choque maior foi recebido pelos neo-realistas, os quais, desde então, perderam a supremacia alcançada nos anos 70 com base nas inovações teóricas introduzidas por Kenneth Waltz. Mas isto não elimina o fato de que nenhuma teoria concorrente foi capaz de prever o fim da Guerra Fria, e de que ainda permanecemos

sem uma boa explicação para esse fenômeno histórico.<sup>3</sup>

Seja como for, na década de 90 assistimos ao surgimento de um sem-número de discursos e propostas teóricas novas, que nem sempre se comunicam facilmente entre si e com os ocupantes mais antigos da área, mas que convivem lado a lado com estes sem enfrentar problemas mais graves de legitimidade. “Construcionismo”, “teoria crítica”, “abordagens interpretativistas”, “teorias normativas”, “feminismo”, “marxismos vários” — esses e outros “ismos” passam a habitar o campo. Para retomar a metáfora empregada no início deste artigo, mais do que a uma pequena aldeia voltada sobre si mesma e cerrada aos estranhos pela barreira de sua expressão dialetal, o campo de estudos internacionais assemelha-se hoje a uma zona franca, um cruzamento, um lugar onde se encontram viajantes de variegada procedência, falando idiomas os mais diferentes e produzindo um burburinho que lembra a feira medieval.<sup>4</sup>

A obra que a partir de agora passo a considerar é uma boa ilustração do pluralismo característico da situação presente na área. *International organization and industrial change*, de Craig N. Murphy (1994), inscreve-se no projeto formulado originalmente por Robert W. Cox de redefinir o conjunto da problemática das Relações Internacionais mobilizando sistematicamente as categorias centrais do pensamento de Antonio Gramsci. Antes de comentar o livro, talvez convenha dizer uma breve palavra sobre este programa de trabalho.

Como se sabe, na multiplicidade das anotações registradas em seus cadernos, Gramsci reservou algumas ao tema da política internacional. Não é este, porém, o ponto de partida adotado pelos neogramscianos que trabalham no campo das Relações Internacionais. Embora algumas dessas notas sejam luminosas, o seu volume é reduzido e elas parecem ter ocupado uma posição secundária na agenda de seu autor. Salvo melhor juízo, o pensamento político de Gramsci tinha por referência básica as formações sociais capitalistas em sua dimensão nacional. Este é o marco de referência no interior do qual ganham significado seus con-

ceitos básicos: “sociedade civil” e “sociedade política”; “hegemonia”; “bloco histórico”; “crise orgânica” etc. — todos eles produzidos com a finalidade de fazer avançar a reflexão sobre os problemas históricos da unidade nacional italiana, da transição incompleta e conservadora do capitalismo neste país, da derrota da revolução e da vitória do fascismo como solução para a grande crise vivida no imediato pós-guerra.

Mesmo assim, o que sobretudo interessa aos neogramscianos são essas noções básicas. As quais eles acreditam poder empregar legitimamente em suas análises sobre as transformações recentes do capitalismo e o peso crescente dos processos e forças transnacionais. O que Robert Cox, Stephen Gill e o próprio Craig Murphy, entre outros, se propõem a fazer é ajustar semanticamente as categorias de Gramsci de forma a torná-las operativas no contexto das Relações Internacionais.<sup>5</sup> Extraída de uma nota do trabalho que dá a partida para esse exercício, a passagem a seguir apresenta de forma límpida o argumento que justifica este passo:

O termo “hegemonia” no trabalho de Gramsci prende-se aos debates no movimento comunista internacional [...] e, neste sentido, aplica-se especificamente a classes. Em sua forma, porém, o conceito inspira-se na leitura de Maquiavel, e não se restringe a relações de classe: ele tem uma aplicabilidade potencial mais ampla. A adaptação das idéias de Maquiavel às realidades do mundo que o autor conhecia foi um exercício de dialética. Perceber a aplicabilidade do conceito às estruturas da ordem mundial, como se sugere aqui, é uma extensão adequada de seu método. (Cox, 1986, p. 250)

Não vou apresentar aqui as reformulações conceituais que resultam de tal postulado. Nem vou discutir se a apropriação que Robert Cox e seus pares fazem da obra de Gramsci é mais ou menos legítima. Esta questão nos levaria ao debate sem fim sobre a correta interpretação do pensamento desse autor notavelmente criativo e tão pouco sistemático. O problema da fidelidade às fontes não interessa. Importa é saber o que o

ensaio de aplicação dos velhos conceitos a esta matéria nova produz e qual a sua qualidade.

*International organization and industrial change. Global governance since 1850.* Como sugerido no subtítulo, a questão mais geral suscitada pela obra de Murphy diz respeito à “governança global” — conjunto de princípios, normas e práticas mais ou menos institucionalizadas que asseguram a reprodução relativamente pacífica da ordem capitalista mundial. Mas neste livro ela é considerada de um ângulo muito preciso: o das organizações intergovernamentais.

O mundo contemporâneo está povoado de tais organismos. Alguns têm alcance muito geral e são bem conhecidos do público: o FMI, o Banco Mundial e o GATT, por exemplo; outros são mais especializados, suas siglas pouco significando para o comum dos mortais. Mas — a pergunta ocorre ao leitor mais cético — será que o estudo dessas entidades constitui uma boa porta de entrada para a discussão daquele problema geral?

Por razões diferentes, realistas radicais e liberais fundamentalistas diriam que não. Assim, do ponto de vista lógico, o primeiro cuidado de Murphy deve ser o de responder a questões desta natureza: a que se propõem esses organismos? Eles são efetivos? Eles são necessários?

Murphy responde positivamente a cada uma dessas interrogações, e em dois lugares do livro dedica-se à tarefa de refutar argumentos contrários. Eis aqui uma pequena amostra das objeções consideradas: “os capitalistas poderiam ter formado o mercado europeu por si mesmos”; “acordos bilaterais poderiam ter bastado”; “as grandes potências poderiam tê-lo feito elas próprias” (Murphy, 1994, pp. 130 e ss.) — todas reportadas à discussão sobre o papel das Public Unions na constituição da infra-estrutura do capitalismo europeu no final do século XIX. Ou ainda: “os Estados Unidos fizeram sozinhos”; “era tudo uma questão de mercado e de política interna nos países da OCDE” (*idem*, pp. 237 e ss.). Ambas referidas ao sistema institucional montado sob a regência dos Estados Unidos no imediato pós-guerra, a segunda, mais sofisticada, sendo endereçada apenas às “instituições de governança global” concebidas para atenuar conflitos sociais.

A escassez de tempo e espaço me impede de seguir o autor em sua réplica. Mas não é grave. Para efeitos da exposição que se faz aqui, importante é a proposição geral que os contra-argumentos avançados apóiam. Nas palavras de Murphy (1994, pp. 2-3):

A escala do capitalismo mudou a cada novo conjunto de indústrias líderes. As empresas cresceram. Seus mercados aumentaram. E o mundo industrial expandiu-se. As organizações mundiais facilitaram essas mudanças de escala [...] Ao mesmo tempo, as organizações mundiais, e os outros sistemas de governança para os quais elas apontavam, ajudaram a mitigar os conflitos que acompanham a expansão do sistema industrial: eles privilegiaram alguns trabalhadores nos países industrializados, asseguraram investimentos em países menos desenvolvidos [...] As agências ajudaram também a aperfeiçoar o próprio sistema de Estados estendendo-o a todas as partes do globo. [...] Ao fortalecer o Estado-nação e o sistema de Estados, as organizações intergovernamentais globais (OIG) da era da ONU também ajudaram a conter os maiores desafios ao capitalismo industrial, os sistemas comunistas soviético e chinês, por mais de uma geração. Hoje, algumas das mesmas agências receberam o encargo de ajudar à reincorporação dos Estados pós-comunistas na ordem capitalista mundial.

Mas o argumento de Murphy não se atém a esse nível de generalidade. Especificando a indicação já avançada que relaciona organizações internacionais, mudança tecnológica e expansão de mercados, o autor vai enunciar explicitamente a versão mais forte de sua tese:

Ao invés de tratar as Uniões Públicas Internacionais do século dezanove, o sistema da Liga das Nações e o sistema das Nações Unidas do pós-guerra como três gerações sucessivas de organizações mundiais, devemos relacionar sua história àquela da indústria, observando que cada geração nova começa quando surge uma agência para regular uma tecnologia revolucionária de comunicação. Em 1865 a agência foi a União Telegráfica

Internacional (UTI), a primeira grande União Pública Internacional. Em 1906 foi a União Radiotelegráfica (URT), chamada a regular as ondas de rádio. Em 1964 foi a Intelsat, a Organização Internacional de Telecomunicações por Satélites, um novo tipo de organização internacional, fora do sistema da ONU, que supre parte da infra-estrutura das comunicações mundiais, ao invés de simplesmente regular os serviços fornecidos por outros. (Murphy, 1994, p. 8)

O argumento é claramente funcional. E isto fica bem visível no início e no fim do livro, quando o autor discute diferentes explicações para a relativa estabilidade do ordenamento internacional do pós-guerra, criticando realistas e marxistas por não reconhecerem a “eficácia” das instituições internacionais. Estas teriam suprido “déficits”, suplementado os Estados e as forças do mercado no desempenho de três “tarefas” básicas: (1) “promover a indústria através da expansão dos mercados internacionais”; (2) “satisfazer/compensar potenciais oponentes das novas indústrias”, e (3) “manter um equilíbrio estável do poder militar” (Murphy, 1994, p. 42).

Tais funções comporiam a primeira dimensão a se ter em conta no estudo dos mecanismos regulatórios do “bloco histórico internacional liberal”. As duas outras dimensões correspondem aos meios mobilizados para desempenhar aquelas funções, devendo ser analiticamente distinguidos uns dos outros de acordo com a sua natureza — predominantemente coercitiva ou consensual —, e à esfera em que a ação regulatória se exerce: (a) nível global (caso das associações transnacionais, por exemplo); (b) grupo menor de Estados (exemplo: ajuda externa); (c) âmbito de uma única soberania (governos coloniais); (d) esfera de uma região, de setores, famílias etc. dentro de cada país (Murphy, 1994, p. 42).

Em consonância com esse esquema de análise, Murphy produz sucessivos quadros classificatórios de organizações internacionais em diferentes períodos históricos. Menciono alguns cabeçalhos para que se tenha idéia da amplitude do material organizado sob esses critérios e de seu grau de interesse. Assim: Tabela 2: “World organizations in

1914 (by main area of responsibility and date of founding”) (p. 47); Tabela 4: “World organizations abolished before 1920 (with disposition of activities)” (p. 83); Quadro 2: “Task being carried out by Public International Unions in 1914” (p. 84); Tabela 6: “New world organizations of the League and UN era” (p. 154); “A comparison of the tasks being carried out by world organizations in 1914 and 1970” (p. 190).

A análise é de corte funcional, repito, mas não inteiramente. A reprodução em escala ampliada da economia capitalista mundial “requer” a intervenção de organismos intergovernamentais. Mas nada assegura de antemão que tais entidades venham a surgir, consolidem-se e atendam efetivamente àquela exigência. As instituições internacionais — e as organizações em especial — não vêm à luz como emanações espontâneas da operação dos mercados e dos dinamismos sociais que estes implicam. Elas resultam de ações de alcance estratégico informadas por visões de longo prazo sustentadas por certa classe de agentes. Aqui se situa a problemática gramsciana dos intelectuais.

Antes de abordar esse aspecto fundamental da obra de Murphy convém recuperar o contexto em que ele se introduz. Com efeito, o problema dos agentes surge em conexão com o problema de explicar o padrão de emergência, desaparecimento e/ou persistência das organizações internacionais. Elas não existiram sempre, nem se distribuem no tempo, segundo a data de nascimento, de forma retilínea. Ao contrário, o movimento que descrevem é ondular. Como entendê-lo?

Murphy encontra no discurso de parte dos atores que estuda (representantes da versão crítica do liberalismo internacionalista) elementos de uma explicação aceitável:

Se acompanharmos a história da tradição crítica, poderemos ver um processo através do qual alguns liberais aprenderam cada vez mais sobre conflitos que a visão internacionalista liberal mais ampla pode obscurecer [...] O conteúdo cambiante dessas teorias críticas sugere uma explicação ampla, evolucionária, tanto do internacionalismo liberal quanto das organizações que se basearam nele. Trata-se de uma teoria compatível com a

explicação de E. Haas (1989) para as mudanças induzidas pelo conhecimento nas instituições internacionais e com a tese de Keohane (1984) sobre as conseqüências, para os Estados poderosos, das instituições internacionais.

A teoria proposta por Keohane identifica atributos básicos do processo seletivo que dita quais inovações institucionais irão sobreviver. Este resultado verifica-se quando uma coalizão suficientemente poderosa de governos nacionais reconhece que tem a ganhar com a cooperação interestatal propiciada pela instituição.<sup>6</sup> Murphy aceita o argumento, mas introduz uma qualificação importante:

O trabalho de Keohane sobre as instituições internacionais concentra-se somente nos últimos vinte anos. A história mais longa das organizações mundiais demonstra que elas não devem beneficiar apenas os governos nacionais, mas também [...] uma coalizão suficientemente poderosa de forças sociais no interior e através das sociedades nacionais. Desde os dias de Kant e por todo o século XIX o auditório foi quase sempre a aristocracia européia e também a burguesia cosmopolita, cujos interesses seriam atendidos pelas instituições internacionais propostas. Depois da virada do século, Hobson e Woolf interpelaram os empresários esclarecidos e a burocracia tradicional, além dos partidos sociais-democratas recentemente fortalecidos e da classe mais nova de funcionários de Estado responsáveis pela incorporação das massas no novo Estado industrial. Mary Parker Follet voltou-se para outra nova classe: os executivos profissionais que operavam nas empresas industriais gigantes.

Coalizões de Estados e forças sociais poderosas “selecionam” as instituições internacionais destinadas a sobreviver, sustentando acordos e continuando a financiar as OIGs. As instituições que não sobrevivem são aquelas que os Estados-membros mais importantes abandonam, deixam de financiar, simplesmente ignoram, ou não conseguem renovar. (Murphy, 1994, pp. 24-26)

Como se vê, o caminho que leva da mudança tecnológica à constituição do quadro institu-

cional “adequado” a ela não é direto. Até mesmo porque a integração internacional resultante causa deslocamentos e desequilíbrios econômicos e sociais nos países envolvidos, induzindo reações que muitas vezes se expressam em demandas de proteção e discursos isolacionistas. O surgimento e a persistência das organizações internacionais representam a somatória de vitórias das forças cosmopolitas numa seqüência de embates em que, muitas vezes, foram obrigadas a amargar derrotas dolorosas.

Um dos aspectos mais sugestivos do livro de Murphy são as indicações fenomenológicas que ele fornece sobre essas forças... e seus opositores. É preciosa, por exemplo, a informação sobre o papel desempenhado por aliança de escritores de fama mundial, encabeçada por Victor Hugo, na defesa de normas mais estritas de *copyright* — fato que tem contrapartida na importância das indústrias de cinema e música popular no *lobby* pela redefinição do regime de propriedade intelectual no presente. Ou esta outra, a respeito das práticas monopolistas de Marconi, que “impedia os operadores de seus rádios de se comunicarem com redes que usassem tecnológicas rivais” — qualquer semelhança com Bill Gates não é mera coincidência — e com isso motivou a criação da Radiotelegraph Union (Murphy, 1994, p. 73).

Inovações nas técnicas de produção e nos meios de comunicação e transporte criam interesses na remoção dos obstáculos que impedem sua extensão ou — como no caso citado acima — que permitem a apropriação monopolizada dos ganhos que elas proporcionam. Mas as organizações internacionais não são forjadas por essas forças. Elas são obras conscientes de uma classe especial de agentes: os intelectuais, no sentido gramsciano do termo.

Este é um dos temas centrais na análise de Murphy. Em todo o processo, os intelectuais desempenham papel protagônico, articulando iniciativas dispersas, concebendo planos grandiosos, soldando as alianças sociais necessárias ao encaminhamento destes e, nesse sentido, operando como “arquitetos” de novos “blocos históricos” — outra noção gramsciana que lhe é muito cara.

Os líderes intelectuais não se limitam a avançar idéias sobre as instituições da nova ordem mundial. Para voltar à imagem do bloco histórico como um quebra-cabeça [...] aqueles que estão tentando reconstruir um bloco histórico precisam trabalhar em todas as faces do jogo ao mesmo tempo, combinando a ideologia da nova ordem com suas instituições políticas, definindo-lhe as bases econômicas e, naturalmente, a coalizão de forças sociais que constitui o bloco histórico *qua* aliança. (Murphy, 1994, p. 33)

Como em Gramsci, o universo dos intelectuais é constitutivamente dividido, fragmentado. No caso, a oposição entre os agentes que se batem em torno do desenho institucional da ordem internacional é aquela que divide, de um lado, os “liberais internacionalistas” e, de outro, os “fundamentalistas liberais” que, como os seus pares hodiernos, apostam tudo nas “soluções de mercado”. Na narrativa de Murphy, naturalmente, aos primeiros cabe o papel principal:

Inicialmente os internacionalistas liberais mais exitosos como arquitetos de organizações mundiais dedicaram-se à mobilização de dirigentes de governos nacionais e de filantropos poderosos que se dispusessem a agir como financiadores e benfeitores das novas instituições internacionais. Os líderes intelectuais trabalharam quase sempre no espaço político das instituições da sociedade civil internacional estabelecidas sob a ordem mundial precedente a fim de pressionar pela ampliação de seus objetivos, de modo a torná-las um mecanismo efetivo na regulação da economia mundial na era industrial do futuro.

Em cada crise da ordem mundial, os internacionalistas liberais lideraram coalizões transnacionais que pressionaram os governos para convocar conferências, estabelecer acordos internacionais, e criar OIGs experimentais para levar a cabo duas tarefas básicas, essenciais à realização do projeto liberal.

A primeira tem sido a de fomentar a indústria através da criação e da garantia de mercados internacionais para seus produtos. Os acordos internacionais visando à interligação da infra-

estrutura de transporte e comunicação requerida pelos mercados internacionais, como sua base física, ajudavam a completar essa tarefa. O mesmo se dava com os acordos que definiam os bens comercializáveis através de padrões industriais, regras de proteção à propriedade intelectual, e regras regulando diretamente o mercado internacional.

A segunda tem consistido em administrar potenciais conflitos com forças sociais organizadas capazes de se opor à extensão do sistema industrial. [...] Grupos ligados a indústrias mais antigas, trabalhadores [...]

Depois de convencer os líderes políticos a estabelecer instituições votadas a tais tarefas, os internacionalistas liberais contaram com as mesmas para desenvolver poderosas bases de apoio. (Murphy, 1994, p. 34)

A consideração dos agentes e das relações que mantêm entre si permite qualificar a afirmação feita anteriormente sobre a natureza lógica do argumento de Murphy. Na realidade, ele combina explicação histórica e explicação funcional.

É a conjugação sistemática desses dois elementos que organiza a parte mais rica de sua pesquisa, a saber: a reconstituição do processo histórico de formação dos organismos internacionais. Nesta reconstituição Murphy identifica algumas fases claramente diferenciadas: (a) conferências internacionais, convocadas tipicamente por reis, príncipes ou aristocratas poderosos — das quais resultavam, comumente, a constituição de grupos *ad hoc* para tratar dos temas agendados; (b) organizações estáveis, mas de natureza privada; (c) organizações intergovernamentais.

Digo que esta parte é a mais rica porque é nela que se expõe o essencial do material da pesquisa. Rica e sugestiva. Com efeito, Murphy mostra muito bem como iniciativas motivadas pelas preocupações privadas dos representantes maiores da “velha ordem” — prestígio, busca de reconhecimento etc. — dão origem a organizações que, por atenderem a necessidades da ordem emergente, consolidam-se, institucionalizam-se, burocratizam-se e acabam sendo encampadas pelo poder estatal.

Nesse contexto, convém dizer uma palavra sobre o tratamento dado ao problema das orientações político-ideológicas nesse processo. Como já indiquei, elas são agrupadas em torno de duas grandes tendências: “liberais internacionalistas” e “fundamentalistas liberais” — os primeiros comportando ainda uma vertente crítica. Importaria agregar agora que, com o passar do tempo e com as mudanças já mencionadas no *status* das organizações (grupos de trabalho, num dos extremos; instituições intergovernamentais consolidadas, em outro), a natureza dos agentes que expressam as diferentes tendências se altera igualmente.

Para ficar no campo de onde saem os protagonistas dessa história (o liberalismo internacionalista), no início do processo a iniciativa é assumida por personalidades isoladas — intelectuais, técnicos, freqüentemente funcionários — imaginativas que, percebendo antes e/ou mais agudamente que os demais a emergência de problemas novos em dada área da vida econômica e social, dedicavam-se a formular planos, muitas vezes quiméricos, para resolvê-los e a angariar apoio para as soluções que advogavam. Murphy refere-se a elas como “constutoras de sistemas públicos” (“*public system builders*”), tomando de empréstimo a noção cunhada por David Chandler Jr. (1977) em seu estudo sobre a montagem da malha ferroviária nos Estados Unidos. Bentham é um exemplo notório. Mas outros nomes menos conhecidos também representam dignamente a espécie. Como John Wright, engenheiro anglo-irlandês que trabalhou na construção da rede ferroviária em Illinois, EUA, e depois disso passou a defender a criação de um sistema ferroviário integrado em escala mundial como infra-estrutura para um mercado global de bens e receita certa para a edificação da paz universal em bases definitivas.<sup>7</sup> Ou James Lubin, empresário e filantropo americano que defendia a introdução de um sistema de tarifa única para aumentar o volume de bens transportados por trens ou navios a vapor. Ou ainda este alto funcionário do governo suíço, Emile Frey, que é um dos grandes precursores da Organização Internacional do Trabalho.

Na outra ponta da série histórica vamos reencontrar os intelectuais e suas eternas rivalida-

des. Mas agora eles não serão tipicamente representados por personalidades individuais, agindo por conta própria. Eles se profissionalizaram e se converteram em agentes de organizações públicas ou privadas que se interligam numa rede complexa cujo centro é ocupado pela Organização das Nações Unidas.

Na administração de programas a ONU conta com o suporte de agências privadas, e mantém relações similares com as comunidades intelectuais que forneceram a maior parte das idéias para a expansão ou a reforma das organizações mundiais no século XX. A relação do FMI com a economia ortodoxa anglo-saxã, o papel de Richard Stone na criação da estatística das contas nacionais, e as conexões de Raul Prebisch com as tradições críticas da economia com foco no Terceiro Mundo estão longe de serem únicas.

O apoio do sistema da ONU a tais comunidades, combinado com a sua própria capacidade de prover a liderança política necessária à reforma [...] explica muitas das gritantes diferenças entre o trabalho das OIGs globais depois das guerras mundiais e suas atividades no pré-guerra. (Murphy, 1994, pp. 223-224)

Como se pode depreender da leitura destas passagens, o livro de Murphy reserva amplo espaço ao tema da incorporação das regiões periféricas — muitas das quais já lançadas, no final da Segunda Guerra, em lutas de libertação nacional — salientando o papel das organizações internacionais no fomento econômico e na assistência social ao Terceiro Mundo e o significado estratégico mais amplo dessas atividades na luta contra o comunismo.

Na confluência desses dois temas — as orientações ideológicas que atravessam o campo das organizações internacionais e as relações “Norte/Sul” — surge, por fim, a parte mais atual, mais “vibrante” do livro, a saber: alguns tópicos do sétimo capítulo (“Prosperidade e desapontamento”) e o último capítulo (“Em direção à nova ordem mundial”), no qual a questão do conflito de orientações reaparece em toda sua centralidade, e onde as “simpatias” do autor se revelam com maior nitidez.

No entanto, não me estenderei sobre nenhum desses assuntos. Ao invés disso, usarei estas últimas páginas para um comentário que me reportará ao tema aflorado no início deste artigo.

Como ocorre em outros momentos, ao discutir as perspectivas de reordenamento internacional, no final do livro, Murphy põe em confronto os dois campos ideológicos já referidos: o liberalismo internacionalista e o fundamentalismo liberal. Para o leitor mais cuidadoso, esta polaridade pode afigurar-se demasiadamente esquemática. Para ficar em um único exemplo, ele estranharia a ausência de intelectuais mais diretamente ligados às “comunidades de segurança” de distintos países — embora Murphy chame a atenção para o fato de que a indigência do pensamento liberal-internacionalista sobre esta dimensão, hoje como no passado, talvez seja o seu ponto mais vulnerável.

O silêncio sobre questões de segurança e as organizações para elas voltadas, porém, não é casual. Com efeito, ao desenhar a pesquisa Murphy concentrou-se propositalmente nas atividades civis das agências intergovernamentais, entre outros motivos por serem estas muito menos estudadas do que as suas congêneres de caráter militar. Quanto a este aspecto, não há muito a dizer. Não se pode falar de tudo, e o autor está plenamente justificado em sua decisão de limitar dessa forma o âmbito de seu estudo. Ainda assim, ele trabalha com um universo de 184 entidades, o que é, em si mesmo, um feito temerário.

O problema não está aí. O que me parece discutível na obra de Murphy é a maneira como ele emprega a noção de “sociedade civil internacional”, restringindo-a quase que exclusivamente à rede de organizações oficiais ou oficiosas. É verdade, aqui e ali surgem referências a organizações e movimentos menos enquadrados na órbita dos Estados. Isto se dá, por exemplo, quando Murphy discute o “keynesianismo ecológico global”, com sua bandeira de “desenvolvimento sustentado”, que se apóia no trabalho rotineiro e nas mobilizações promovidas por atores tão pouco ortodoxos quanto a Greenpeace e o Interface Center on Responsibility, este ligado ao Conselho Mundial de Igrejas. Verifica-se também nas passagens sobre as primeiras propostas de regulação internacional

das relações de trabalho e os antecedentes da organização que viria a ser criada para cuidar dessa questão, a OIT. Já aventado por socialistas utópicos como Owen e conservadores “humanitários” como Benjamin Disraeli, o tema da “legislação internacional do trabalho” só toma vulto quando é apropriado pelo movimento de trabalhadores. O relato de Murphy destaca a introdução desse item no programa aprovado pelo Congresso de Erfurt — que unificou a social-democracia alemã, em 1891 — e a elevada prioridade que imediatamente ele ganharia na agenda da Segunda Internacional (Murphy, 1994, pp. 74-75).

Mas não há muito mais. A reconstrução é toda ela comandada pela decisão metodológica inicial de concentrar a análise nas organizações intergovernamentais.<sup>8</sup> Vale dizer, não há no estudo de Murphy nenhuma tentativa de abordar sistematicamente a questão das “organizações não-governamentais”. Nem sequer em termos abstratos, na construção do argumento geral, como acontece no trabalho clássico de Keohane e Nye (1989). Esta decisão não parece muito congruente com a declarada inspiração gramsciana de seu trabalho, mas não me deterei neste aspecto. O que desejo salientar é que, em consequência dela, o espaço internacional analisado por Murphy afigura-se muito mais disciplinado do que ele é hoje e foi no passado, a dimensão de luta e conflito sendo reconhecida quase exclusivamente sob o prisma dos Estados e dos interesses ligados ao capital.

Estado e capital: aí a raiz do problema. Como já pudemos ver, o argumento central de Murphy associa ondas de inovação tecnológicas, a impossibilidade de os Estados atenderem aos requisitos de ampliação dos mercados agindo isoladamente, e as organizações intergovernamentais. Seu estudo cobre um amplo período histórico, mas ao longo de todo o percurso o mecanismo operante permanece o mesmo. Nesse esquema, Estado e mercado são tidos como dados. Suas respectivas configurações por certo variam ao longo do tempo, mas o papel de um e de outro na explicação se mantém constante.

Aplicado à questão da origem das organizações intergovernamentais, esse esquema funciona bastante bem. Contudo, quando introduzimos o

problema da “sociedade civil internacional” e nos interrogamos sobre a importância relativa das organizações não-governamentais nesse universo, especialmente das organizações “anti-sistêmicas”, o fato de tomar o Estado como uma constante constitui uma barreira que nos impede de reconhecer fenômenos e possibilidades históricas que não mais existem, mas que tiveram vigência em passado não muito remoto. É o que sugere a passagem de Giddens (1985, pp. 234-235) transcrita a seguir:

[...] Muitos autores ainda tendem a supor [...] que [...] a Primeira Guerra Mundial apenas acelerou tendências fadadas a emergir de qualquer maneira no longo prazo. Mas esta visão é de todo implausível e dificilmente poderia ser sustentada, não fosse a poderosa influência que as concepções endógenas e evolucionárias da mudança tiveram nas ciências sociais. [...]

Se o curso dos acontecimentos na Grande Guerra [...] não tivesse tomado o rumo que tomou, o Estado-nação em sua forma presente poderia não se ter tornado a entidade política dominante no sistema mundial [...] não é, de maneira alguma, claro que na ausência da guerra as organizações socialistas internacionais preexistentes estariam impedidas de emergir como atores-chave na política mundial. A guerra desenvolveu a soberania dos Estados, associando-a de maneira tão profunda à cidadania e ao nacionalismo que quaisquer outros cenários passaram a se afigurar como pouco mais que fantasia ociosa.

Em relação ao argumento de Giddens, há que distinguir três elementos: o enunciado metodológico sobre a indeterminação relativa das grandes mudanças históricas; a proposição sobre a importância decisiva da Primeira Guerra Mundial na constituição dos Estados nacionais europeus; e a hipótese contrafactual que vem apoiá-la, qual seja: “na ausência da guerra, as organizações internacionais do movimento socialista poderiam surgir como protagonistas da política internacional”. Implícita nesta hipótese está uma resposta positiva à pergunta sobre a importância do internacionalismo no movimento socialista na virada do século, em suas duas frentes de luta principais: a campanha

pela regulamentação das relações de trabalho e a mobilização contra o militarismo, o esforço para evitar a eclosão de uma guerra global na Europa. No centro da discussão, os programas, a ação e o significado político da Segunda Internacional.

Trata-se, evidentemente, de questão controversa. Os historiadores divergem quanto ao impacto do movimento internacional pelos direitos do trabalho. G.D.H. Cole (1986), por exemplo, considera “impressionante” o efeito produzido pelo simbolismo que envolvia o Primeiro de Maio dos Trabalhadores, criado em 1889 como data de comemorações e lutas simultâneas em todos os cantos do mundo. Para ele existe uma conexão direta entre a rápida difusão de demandas de legislação social (jornada de oito horas, proibição de trabalho em condições insalubres e perigosas, por exemplo) e dois eventos que marcaram a entrada do tema do trabalho na agenda internacional: a conferência convocada pelo *kaiser* William II, em 1890, para estudar o problema da “legislação internacional operária” e a encíclica papal *Rerum novarum*, de maio de 1891 (Cole, 1986, p. 25).

A versão apresentada por um historiador importante como James Joll é menos sanguínea: reconhecendo a grandiosidade da idéia do Primeiro de Maio, ele enfatiza as dificuldades de coordenação internacional das lutas (“depois de 1892 ela deixa de ser uma manifestação internacional coordenada de larga escala” — Joll, 1966, p. 54) e atribui a convocação da Conferência Internacional de Berlim a fatores domésticos (a greve dos mineiros do Ruhr, no verão de 1889, e o crescimento eleitoral da social-democracia alemã). No tocante à campanha antibelicista do socialismo internacional, as divergências talvez sejam menores. O episódio é reconstituído, em toda sua dramaticidade, na obra de Haupt (1973) sobre a Grande Guerra e o colapso da Segunda Internacional. Mas mesmo no livro de Joll podemos encontrar indicações eloqüentes como esta, sobre o impacto da articulação entre o socialismo francês e a social-democracia alemã em seu esforço conjunto para bloquear o caminho que levaria à catástrofe em 1914:

[...] ambos os governos estavam preocupados com o tamanho e as atividades dos dois partidos, e

ansiosos com sua reação em caso de guerra. O ministro do Interior francês havia redigido uma lista — o famoso *Carnet B* — de militantes sindicalistas e socialistas a serem presos imediatamente na eventualidade da guerra. Os alemães estavam, igualmente, preocupados com a força crescente dos socialistas, e o governo já mantinha contatos com personalidades da Social-Democracia que julgava sensíveis a apelos patrióticos [...] (Joll, 1966, p. 150)

Não importa. A despeito das diferenças de juízo sobre o peso relativo do componente internacionalista no socialismo europeu na virada do século, os dados gerais do problema são bastante claros. Centradas em valores eminentemente universalistas, as ideologias socialistas irradiam-se em meados do século XIX a partir de uma rede cosmopolita de intelectuais e exilados que se espalhavam pelas metrópoles liberais da Europa e se mantinham em permanente contato através de circuitos de cafés, clubes e jornais, e de intensa troca epistolar. A existência dessa “infra-estrutura de comunicação” e da comunidade transnacional por ela vertebrada conferia realidade social ao internacionalismo do movimento socialista em seus primórdios.<sup>9</sup> A partir do momento em que o socialismo, em suas diversas vertentes, logra implantar-se em movimentos organizados de trabalhadores em diferentes países, forçando os Estados a atender às suas demandas, seja mediante a promulgação de leis de proteção ao trabalho, seja através da ampliação do sufrágio, ele, por assim dizer, nacionaliza-se. Em 1889, quando da fundação da Segunda Internacional, em vários países esse processo já havia avançado consideravelmente. Na Inglaterra, o terceiro quartel do século XIX assiste à produção de inúmeras leis sociais e à reforma eleitoral de 1867, que estende o direito de voto a amplas camadas das classes populares. Na Alemanha, tendo sido vítima de uma estratégia que combinava programas inovadores de proteção social e uma legislação política altamente repressiva (as “leis anti-socialistas” de Bismark), o Partido Social-Democrata podia agir desembaraçadamente, crescendo continuamente em eleições que se travavam agora sob a regra do sufrá-

gio universal.<sup>10</sup> No que se refere ao reconhecimento de direitos trabalhistas, a França fica atrás de seus grandes rivais, mas a presença dos socialistas se fazia pesadamente sentir na cena política: depois do *affair* Dreiffus, o socialista-independente Alexandre Millerand abre um precedente histórico ao aceitar o convite para assumir o posto de ministro do Comércio no gabinete de Waldeck-Rousseau.<sup>11</sup> Nesse contexto, a generalização formulada por Mann (1993, p. 784) parece-me de todo justificada:

Mutualistas, sociais-democratas e marxistas dirigiam suas demandas ao Estado nacional e, dessa forma, fortaleciam-no. Todo êxito que obtinham reforçava o vínculo nacional. O Estado nacional era o único contexto realista no qual os direitos civis coletivos ou a redistribuição de poder, riqueza e segurança poderiam se concretizar. A classe trabalhadora nacionalizou-se porque a sociedade civil passou a ser regulada pela autoridade do Estado nacional.

Esse fato reflete-se na própria estrutura da Segunda Internacional, que nasce como uma federação frouxa de partidos e grupamentos de base nacional, e que nunca conseguiu superar esse estado, embora, desde 1896, conte com um comitê executivo e secretaria fixos, sediados em Londres.

Tudo isso é sabido. Mas nada disso invalida o argumento de Giddens. O qual demanda apenas dois pontos de apoio para se sustentar: (1) na idéia da existência, limitada que fosse, de um componente internacionalista importante no socialismo do pré-guerra (o que ninguém nega) e (2) na tese de que a extraordinária mobilização de recursos materiais e simbólicos requerida pela Grande Guerra consagrou definitivamente o Estado nacional como ente regulador da vida econômica e social e como referência básica no processo de formação de identidades sociais, mesmo no caso das classes populares. Neste ponto Giddens tem a companhia de alguns expoentes da Sociologia Histórica, bastando mencionar, além do citado Michael Mann, Charles Tilly (1994) e Martin Shaw (1994, especialmente cap. 6).

Ora, se Giddens tem razão, podemos voltar ao tema de que falávamos e dirigir a Craig Murphy a crítica que se segue: talvez seja legítimo tomar a rede das organizações intergovernamentais como o tecido da “sociedade civil internacional”, mas apenas quando tratamos de um período histórico localizado, a saber, aquele compreendido entre o fim da Segunda Guerra e o fim da Guerra Fria. Não sei que uso fazer dessa categoria no tocante ao entreguerras. E se quisermos adotá-la para pensar a política internacional na época do capitalismo liberal e nos dias de hoje devemos ampliar-lhe o alcance para incluir em seu universo movimentos anti-sistêmicos e organizações não (ou não inteiramente) governamentais.

Disse anteriormente que este comentário me remetia ao começo do artigo. Parece que é hora de verificar se eu estava certo.

Como vimos, Murphy descreve o debate de propostas sobre a ordem internacional em termos de um confronto entre liberais fundamentalistas e internacionalistas liberais. Creio existir certa homologia entre essa caracterização e aquela que fiz da disciplina das Relações Internacionais. À primeira vista, esta afirmativa esbarra em duas dificuldades, que podem ser facilmente contornadas.

1) Por um lado, o realismo clássico, com sua ênfase típica na anarquia, na ação egoística e na insegurança constitutivas do sistema internacional parece não ter lugar no quadro montado por Murphy. Isto se explica pelo fato de o autor ter voluntariamente restringido seu estudo às atividades civis das organizações internacionais, deixando de fora as questões relativas à segurança e, conseqüentemente, às “comunidades epistêmicas” que se estruturam em torno delas.

2) Por outro, o ponto de vista que informa o liberalismo fundamentalista parece estar ausente no “campo” das Relações Internacionais. Este traço também é facilmente compreensível. O liberalismo econômico funda-se na utopia do mercado auto-regulado. Nesse discurso, como sugere Rosanvalon (1979), o papel do Estado permanece indeterminado. Como nas famosas “exceções” de Adam Smith, sua presença é admitida para preencher condições necessárias mas não asseguradas

pelo funcionamento espontâneo dos mecanismos de mercado. Mas esse reconhecimento é puramente negativo. O liberalismo econômico carece de uma teoria positiva do Estado. De seu ponto de vista próprio, isto não chega a ser um inconveniente. Afirmando, por princípio, a excelência do mercado idealizado, carente de — ou descomprometido com — qualquer definição positiva sobre o papel e os limites da ação estatal, o liberalismo econômico forjou para si um poderoso dispositivo retórico que lhe permite, em qualquer momento e em quaisquer circunstâncias, denunciar como excessiva e despótica a intervenção do Estado. É assim que, ao criticar o *welfare state*, no final do século XX, Hayek, Friedman e cia. repetem argumentos formulados por Spencer (1969) contra os tímidos ensaios de assistência social da Inglaterra vitoriana.

Mas os liberais fundamentalistas não habitam um mundo de sonhos. No terra a terra em que operam, os Estados existem e prestam serviços valiosos. Gramsci e Polany, entre outros, enfatizaram as dimensões políticas do liberalismo econômico; é desnecessário insistir neste ponto. Mas, ao fazê-lo, tinham em vista, predominantemente, a política interna. Quando consideramos a questão sob o prisma das Relações Internacionais, o liberalismo econômico aparece em posição ambivalente. Em capitalismo periférico ele estará associado a orientações e tendências que favoreçam sistematicamente a busca de acomodação e de soluções de compromisso com os Estados capitalistas centrais. Nas potências hegemônicas, por sua vez, ele aparecerá em aliança com falcões e realistas, denunciando em conjunto o “idealismo” do “internacionalismo liberal”.

Com isso quero sugerir que existem relações de afinidade entre as orientações normativas em confronto no âmbito da “sociedade civil internacional” e as vertentes principais do debate que se trava no interior do “campo” das Relações Internacionais. Sendo assim, é razoável supor que a abertura daquela, com a incorporação crescente de movimentos e organizações menos controlados pelos Estados nacionais, tenha algo a ver com a superação da dualidade “realismo” *versus* “liberalismo” que marca a disciplina na atualidade.

## NOTAS

- 1 Testemunho autorizado das transformações em curso no campo da Ciência Política norte-americana pode ser encontrado em Easton (1969).
- 2 Além da obra editada por James Farr *et al.*, cumpre mencionar, dentre outros trabalhos recentes, Ricci (1984), Easton, Gunnell e Graziano (1991), Farr e Seidelman (1993), Berndtson (1987) e Dryzek e Leonard (1988).
- 3 Discussões em torno do tema de um ponto de vista crítico ao neo-realismo podem ser encontradas em Lebow e Risse-Kappen (1995).
- 4 Uma caracterização mais detalhada desse processo, e compatível com a que se faz aqui, aparece no artigo de Ole Wæver (1996).
- 5 O texto inaugural de Robert Cox, “Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory”, foi publicado em 1981 e posteriormente incluído, em edição revista, no livro editado por R.O. Keohane (1986), *Neorealists and its critics*. Outros textos do autor relevantes no quadro da presente discussão são Cox (1983 e 1987).
- 6 O argumento está desenvolvido em Keohane (1984).
- 7 Suas idéias foram expostas em panfleto publicado em 1851, com este título delicioso: “Christianity and commerce, the natural results of the geographical progression of the railroad, or a treatise on the advantage of the universal extension of railways in our colonies and other countries, and the probability of increased national intercommunication leading to the early resportation of the land of promise to the jews.”
- 8 O autor começa assim a descrição da metodologia utilizada em sua investigação: “O método que escolhi para o meu estudo assemelha-se àquele da última geração de medievalistas. Coletando e categorizando sistematicamente muito da informação sobre as atividades regulares e contínuas das organizações mundiais encontrável nos vários estudos sobre agências globais, eu estaria em condições de oferecer uma base ainda mais forte para generalizações acerca de organizações mundiais [...] Concentrei-me em suas atividades ‘civis’, não-militares. Comecei por elaborar uma lista abrangente de ‘agências intergovernamentais potencialmente universais — isto é, organizações intergovernamentais a que qualquer Estado pudesse aderir [...]’”. Murphy, 1994, pp. 286-287.
- 9 Nesta parte, acompanho de perto a análise desenvolvida por Michael Mann (1993, pp. 783 e ss.).
- 10 Sobre a trajetória da social-democracia alemã nesse período, veja, além dos textos já mencionados, Rovin (1978) e Roth (1978).
- 11 A participação de líderes socialistas, à frente dos quais se postava Jaurès, na campanha em prol de Dreiffus e o episódio Millerand desatariam forte celeuma nas hostes do socialismo francês e no seio da própria Internacional Socialista.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMOND, Gabriel A. (1990), *A discipline divided. Schools and sects in Political Science*. Thousand Oaks, Sage Publications.
- BERNDTSON, Erkki. (1987), "The rise and fall of American Political Science: personalities, quotations, speculations". *International Political Science Review*, 8: 85-100.
- CHANDLER JR., Alfred D. (1977), *The visible hand: the managerial revolution in American business*. Cambridge, Harvard University Press.
- COLE, G.D.H. (1986), *Historia del pensamiento socialista. Vol. III: 1889-1914. La Segunda Internacional*. México, Fondo de Cultura Económica.
- COX, Robert W. (1983), "Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method". *Millennium: Journal of International Studies*, 12: 162-75. Incluído na coletânea organizada por Stephen Gill, *Gramsci, historical materialism and international relations*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993, pp. 49-66.
- \_\_\_\_\_. (1986 [1981]), "Social forces, states, and world orders: beyond international relations theory", in R.O. Keohane, *Neorealists and its critics*, Nova York, Columbia University Press, pp. 204-254.
- \_\_\_\_\_. (1987), *Production, power and world order: social forces in the making of history*. Nova York, Columbia University Press.
- DONNELLY, Jack. (1995), "Realism and the academic study of international relations", in James Farr, John S. Dryzek e Sephen T. Leonard (eds.), *Political Science in history. Research programs and political traditions*, Cambridge, Cambridge University Press.
- DRYZEK, John S. e LEONARD, Stephen T. (1988), "History and discipline in Political Science". *American Political Science Review*, 82, 4: 1.245-1.260.
- EASTON, David. (1969), "The new revolution in Political Science". *American Political Science Review*, 63: 1.051-1.061.
- EASTON, David, GUNNELL, John e GRAZIANO, Luigi (eds.). (1991), *The development of Political Science*. Londres, Routledge.
- FARR, James e SEIDELMAN, Raymond (eds.). (1993), *Discipline and history: Political Science in the United States*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- FARR, James, DRYZEK, John S. e LEONARD, Stephen T. (eds.). (1995), *Political Science in history. Research programs and political traditions*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GIDDENS, Anthony. (1985), *A contemporary critique of historical materialism. Vol II: The nation-state and violence*. Cambridge, Polity Press.
- HAUPT, Georges. (1973), *Socialism and the Great War. The collapse of the Second International*. Oxford, Clarendon Press.
- HOFFMAN, Stanley. (1977), "An American social science: International Relations". *Daedalus*, 106 (3): 41-60.
- JOLL, James. (1966), *The Seconde International. 1889-1914*. Nova York, Harper & Row.
- KEOHANE, Robert O. (1984), *After hegemony. Cooperation and discord in the world political economy*. Princeton, Princeton University Press.
- KEOHANE, Robert O. e NYE, Joseph S. (1989), *Power and interdependence*. 2ª ed., Harper Collins Publishers.
- LEBOW, Richard Ned e RISSE-KAPPEN, Thomas (eds.). (1995), *International Relations theory and the end of the Cold War*. Nova York, Columbia University Press.
- MANN, Michael. (1993), *The sources of social power. Vol. II: The rise of classe and nation-states, 1760-1914*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MURPHY, Craig N. (1994), *International organization and industrial change. Global governance since 1850*. Cambridge, Polity Press.
- OSLANDER, Andreas. (1998), "Rereading early twentieth-century IR theory: idealism revisited". *International Studies Quarterly*, 42, 3: 409-432.
- RICCI, David. (1984), *The tragedy of Political Science: politics, scholarship, and democracy*. New Haven, Yale University Press.
- ROSANVALLON, Pierre. (1979), *Le capitalisme utopique. Critique de l'idéologie économique*. Paris, Éditions du Seuil.
- ROTH, Guenther. (1978), *The Social Democrats in imperial Germany*. Totowa, NJ, The Bedminster Press.

- ROVAN, Joseph. (1978), *Histoire de la Social-Démocratie Allemande*. Paris, Seuil.
- SCHMIDT, Brian C. (1998), "Lessons from the past: reassessing the interwar disciplinary history of International Relations". *International Studies Quarterly*, 42, 3: 433-459.
- SHAW, Martin. (1994), *Global society and international relations. Sociological concepts and political perspectives*. Cambridge, Polity Press.
- SPENCER, Herbert. (1969 [1881]), *The man versus the state*. Londres, Penguin Books.
- TILLY, Charles. (1994), *Coercion, capital, and European states, AD 990-1992*. Cambridge, Blackwell Publishers.
- TUCKER, Robert W. (1990), "1989 and all that". *Foreign Affairs*, 69, 4: 93-114.
- WAEVER, Ole. (1996), "The rise and fall of the inter-paradigm debate", in Steve Smith, Ken Booth e Marysia Zalewski (eds.), *International theory; positivism & beyond*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 149-185.